

O Brasil tem que estar entre os ricos

Otávio Tirso de Andrade

Há frases que definem caracteres e se transformam em legendas de vida e diretriz de governo. O autor, no momento de pronunciá-las, ignora se a posteridade as reterá. Os acontecimentos, a História, é que as conservam ou expulsam da memória coletiva. Algumas são grandiloquentes e outras aparentam a frieza de normas burocráticas. Há também as de conseqüências funestas.

Quando a Grã-Bretanha se viu só diante de Hitler vitorioso na Europa e aliado a Stalin, Churchill disse que só poderia prometer ao povo "sangue, suor e lágrimas". A eloquência ciceroniana do extraordinário estadista concentrou em três substantivos a coragem e a determinação dos ingleses na luta desigual que se iniciava. No imenso Winston coube ainda sintetizar de forma admirável a gratidão do país aos heróis da RAF, após a vitória sobre a Luftwaffe: "Nunca tantos deveriam tanto a tão poucos."

O pragmatismo de um cético que viria a figurar entre os maiores reis de França, esplende na afirmativa cínica de que "Paris vale bem uma missa", com a qual Henrique IV justificou a sua conversão ao catolicismo (era protestante) para habilitar-se à sucessão do último Valois.

Profissão de fé expressiva da ânsia de progresso — "Governar é abrir estradas" — assinala o período do último Presidente da República Velha, o honrado Sr. Washington Luís. O lema permaneceria imaculado se os empreiteiros modernos não se houvessem apropriado dele para arrombar cofres de municipalidades, estados e do Governo Federal. Na esteira do desenvolvimentismo também há que reter os "cinquenta anos em cinco" do Sr. Juscelino Kubitschek — frase que marca o início dos ciclos de Grande Inflação no Brasil.

Uma frase fatal contribuiu para levar o seu autor ao pelotão de fuzilamento, na França. "Je souhaite la victoire de l'Allemagne" (eu almejo a vitória da Alemanha) disse Pierre Laval, com o intuito de passar de derrotado a aliado do vencedor, após a *débâcle* francesa na guerra de 39. Naquele momento a democracia parecia varrida do mapa da Europa por muito tempo. As seis palavras fatídicas separaram-se da frase completa concebida pelo antigo socialista e advogado dos pobres e passaram a História sem a profecia que exprimia o temor da direita, na época: "...porque sem ela (a vitória da Alemanha) a Europa tornar-se-á bolchevista."

Tudo isto é a propósito da frase do incauto sr. José Sarney, suscetível de estigmatizá-lo como soçobrado diante da tarefa que o destino lhe cometeu. O devaneio teve como cenário a Colômbia e se expressa no seguinte período: "O Brasil trocou definitivamente o sonho de estar entre os ricos pela opção de ficar vinculado à nossa região e lutar com os países irmãos" (o grifo é nosso). Qual é o mandato que detém o maranhense para ancorar-nos entre as lhamas do altiplano andino; o campesinato drogado da Bolí-

via, do Peru, da Colômbia, do Equador; os ladrões de automóveis e caminhões, contrabandistas e traficantes de armas paraguaios e as massas mais ou menos doentes e imensamente incultas dispersas entre os picos dos Andes e as baixadas do miolo continental? A referência a "lutar com os países irmãos" comporta a ameaça de mandar as nossas forças armadas juntarem-se aos argentinos, para violar o direito de continuarem a viver nas Falklands os pacíficos pescadores ingleses que lá se encontram desde quando as ilhas foram efetivamente colonizadas? A fraternidade que deve existir entre os povos latino-americanos — a fraternidade entre todos os povos é a meta civilizada — não pode comportar a junção de nosso destino aos altos e baixos da xenofobia rosista argentina, aos delírios dos apuristas peruanos e às debilidades institucionais de regimes capturados por quadrilhas de poderosíssimos narcotraficantes.

O sr. José Sarney está muitíssimo enganado. O Brasil não pode renunciar ao sonho de estar entre os ricos e, muito menos, renunciar definitivamente. A obrigação dos Presidentes da República e/ou dos Primeiros-Ministros — se viermos a tê-los — é a de transformar em realidade os sonhos de riqueza. Assim o exigem a imensidão do território e de nossos recursos naturais, o crescimento demográfico e o espírito empreendedor dos brasileiros. Aspira o sr. José Sarney a cinco ou seis anos de mandato com a meta de transformar-nos em mendigos militantes? Era só o que faltava! O extraordinário é que, sob Sarney, o funcionalismo — direto e oblíquo — exige da Nação o direito de enriquecer à custa dos cofres públicos e — o que assume proporções de escárnio — o de enriquecer LICITAMENTE. (O enriquecimento ilícito é caso de polícia). O governante que anuncia lá fora devermos conformar-nos à pobreza é o mesmo que, pela mão esquerda do Ministério da Falta de Administração, eleva a folha de pagamento dos empregados do Estado a mais de 117% da arrecadação de impostos! Nesse caminho o Brasil decairá da categoria de Bel-Índia, definida pelo professor Mário Simonsen, para a da Índia que não existe mais. Os "marajás" e os miseráveis aumentaram muito de número em nossa tragicômica Nova República. A frase do sr. José Sarney — "O Brasil trocou definitivamente o sonho de estar entre os ricos" — ser-lhe-á politicamente fatal, hoje, amanhã e nos livros de História. Ao concebê-la, mostrou não estar à altura do papel que o destino lhe confiou. Inútilmente.

Há três décadas a Coréia do Sul comemorava cinco anos do fim da guerra que devastou a península e na qual também lutaram chineses, americanos e outras forças estrangeiras. O PIB local, por cabeça, correspondia a 500 dólares atuais. A partir de então a economia coreana cresceu 8% ao ano. Atualmente a Coréia do Sul tem um PIB de 2.900 dólares por habitante, maior em três vezes ao da outra Coréia, a comunista, outrora a mais rica das duas. No último dia 25 a Coréia inaugurou um governo eleito democraticamente. Agora prepara as Olimpíadas de setembro próximo.

O que impede o Brasil de mostrar igual desempenho? Os Sarney que nos querem ancorados na pobreza; os estatizantes e fisiológicos do PMDB e do PFL (Partido dos Falsos Liberais); a malta marxizada infiltrada na administração e nos meios de comunicação — vocês já viram as aulas de "História" da TVE? — e os Narodnik da "Teologia da Libertação".

Mas então qual é a via pela qual o Brasil alcançará a posição a que tem direito entre os países ricos? — A ditadura militar? Não! Jamais! A História registrará que nunca o marxismo espalhou-se tanto — na área educacional e sindical, notadamente — quanto no decurso dos governos Geisel e Figueiredo. Até sob Médici o comunismo aumentou o número de seus adeptos, não obstante o paroxismo da repressão, naquele período. A causa de tudo é fácil dizer qual é. Tal como já escrevi aqui, em outra ocasião, os militares sabem dar combate à subversão, no varejo; mas, no atacado, malogram melancolicamente. Explico-me: a xenofobia, o superintervencionismo, o ultradirigismo a que se afeiçoam as corporações armadas criam obstáculos à livre movimentação das forças do mercado — alicerces da democracia — e favorecem a proliferação da peste burocrática, com os inevitáveis miasmas corruptíveis que emana. Os riscos de explosão revolucionária sob regimes excessivamente fechados — e mesmo o seu desnaturamento — são por demais grandes para o Brasil assumi-los novamente. A propósito, lembremos que a Nomenklatura, casta burocrática sobre a qual se estrutura a ditadura soviética, é cópia da Oprichnina, nobreza baseada na prestação de serviços em que se apoiou Ivan, o Terrível, em luta contra os diversos regionalismos de seu imenso país. Não houvesse existido a Oprichnina os Tzares comunistas não teriam podido escorar-se na Nomenklatura.

Quer isto dizer que o presidencialismo "democrático" de Brizola será a saída para a crise? Também não é. Tenhamos presente que o ex-governador fluminense, por sua carreira, por seu temperamento, por sua incultura — o governador Montoro o pulverizou no debate no canal 7 — é o brasileiro mais aproximado da fisionomia política dos caudilhos centro-americanos. Na hipótese de subir ao poder, tanto poderá transformar-se em um Trujillo, quanto metamorfosear-se em Ortega. Tudo dependerá das circunstâncias.

A luz ao fim do túnel só poderá abrir-se em clarão da liberdade e progresso se reinserirmos o Brasil na economia mundial, abriremos o país a investimentos de capitais privados nacionais e estrangeiros, inclusive no petróleo — ou melhor, principalmente no petróleo — e desmantelarmos o intervencionismo econômico — para quando, afinal, a completa liquidação do IBC, do IAA, das COBEC e outros escritórios de advocacia administrativa, especulação e picaretagem? — e expulsarmos os mandriões da máquina do Estado. A melhor moldura legal para enquadrar o processo, às claras e em ordem, é o regime parlamentar.